

**PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS (PROEJA): UM ESTUDO SOBRE O ACESSO À FORMAÇÃO
PROFISSIONAL**

Autor: **SUELY FERNANDES COELHO LEMOS**

Banca examinadora: Prof^a Dr^a Elisangela da Silva Bernado (presidente e orientadora); Prof^a Dr^a Sonia Regina Mendes dos Santos; Prof. Dr. Antônio Maurício Castanheira das Neves (UCP)

Data da defesa: 02/12/2010

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a forma de ingresso adotada para o PROEJA Programa Nacional de Educação Profissional Integrado à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos- com o intuito de avaliar como é garantido o direito dos jovens e adultos trabalhadores à formação profissional de qualidade. O estudo foi realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense), no *campus* Campos-Centro. Apresenta-se, também, uma breve incursão pela história da EJA – Educação de Jovens e Adultos e da formação profissional no Brasil com destaque para os cursos técnicos da rede federal de ensino, em especial como se deram as formas de ingresso dos estudantes aos cursos profissionais dessa rede de educação profissional. O estudo sobre o direito e a equidade, como aspectos fundamentais da análise, se basearam nas contribuições de Bobbio (1992) e Habermas (2007), autores que auxiliaram no aprofundamento e compreensão de que os direitos são sempre históricos e emergem das lutas dos homens pela sua própria emancipação e transformação das condições de vida por eles criadas. Por meio da abordagem qualitativa se consideraram os aspectos de natureza sociológica aplicados à educação e as relações que envolvem os sujeitos do estudo. A análise de documentos; entrevista semiestruturada; questionário e a observação foram os instrumentos utilizados para o alcance dos objetivos da pesquisa. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. Por fim, concluiu-se que os procedimentos até aqui adotados para ingresso dos jovens e adultos precisam ser revistos para que o direito à educação e à formação profissional de qualidade seja garantido por meio de critérios que atendam ao princípio da equidade.

Palavras-chaves: Formação Profissional dos Jovens e Adultos; direito e equidade.